



NECROPORNOGRAFIA: O desejo sádico pelas imagens de aniquilação

NECROPORNOGRAPHY: The sadistic desire for images of annihilation

Lucas Guzzo dos Santos¹

(Secretaria de Estado de Educação – Minas Gerais)

Whander Allípia Sulurico²

(Universidade Federal de Uberlândia)

RESUMO

O presente ensaio analisa a formação da identidade brasileira sob a ótica do "desencanto", investigando-a como um projeto necropolítico de gestão da morte fundamentado na colonialidade. A partir das provocações de Castiel Vitorino Brasileiro (2022), que define o Brasil como um "grande cemitério", e do referencial teórico do Afropessimismo de Frank B. Wilderson III (2021), o texto examina como a violência contra corpos negros e LGBTQIA+ é estruturante da gramática do mundo moderno e da presença ontológica de sujeitos não-negros. Propõe-se o conceito de necropornografia — uma simbiose entre a "necropolítica" de Achille Mbembe e a definição de "pornografia" como dispositivo farmacopornográfico de Paul B. Preciado. Argumenta-se que o compartilhamento massivo de imagens de aniquilação nas redes sociais opera como uma rede teletecnomasturbatória, na qual a dor do "Outro" é consumida como mercadoria visual e estímulo bioquímico. Conclui-se que esse espetáculo não visa a denúncia, mas a satisfação de um imaginário necrófilo que reitera a zona de não-ser das populações subalternizadas e garante a manutenção do projeto genocida estatal.

¹ Professor de Língua Portuguesa e Inglesa na SEE-MG E-mail: lucas.guzzo@educacao.mg.gov.br

² Artista y Pesquisadora da Cena, da CORPA y da Palavra. Doutoranda em Artes Cênicas pelo Instituto de Artes (IARTE/UFU) na linha de pesquisa Processos de Criação em Artes Cênicas. Doutoranda em Estudos Literários, na linha de pesquisa Literatura, Movimentos Sociais e Revisões do Cânone, pelo Instituto de Letras e Linguística (ILEEL/UFU). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Email: whander106@hotmail.com



Palavras-chave: Necropornografia; Afropessimismo; Necropolítica; Brasilidade; Imagem-Violência.

ABSTRACT

This essay analyzes the formation of Brazilian identity through the lens of "disenchantment," investigating it as a necropolitical project of death management grounded in coloniality. Based on the provocations of Castiel Vitorino Brasileiro (2022), who defines Brazil as a "great cemetery," and the theoretical framework of Frank B. Wilderson III's Afropessimism (2021), the text examines how violence against Black and LGBTQIA+ bodies is structural to the grammar of the modern world and the ontological presence of non-Black subjects. It proposes the concept of necropornography—a symbiosis between Achille Mbembe's "necropolitics" and Paul B. Preciado's definition of "pornography" as a pharmacopornographic device. It is argued that the massive sharing of annihilation images on social media operates as a tele-techno-masturbatory network, in which the pain of the "Other" is consumed as a visual commodity and biochemical stimulus. The study concludes that this spectacle does not aim at denunciation but rather at satisfying a necrophilic imaginary that reiterates the zone of non-being of subalternized populations and ensures the maintenance of the state's genocidal project.

Keywords: Necropornography; Afropessimism; Necropolitics; Brazilianness; Image-Violence.

o que de fato é o Brasil: um grande cemitério³

A artista e pesquisadora Castiel Vitorino Brasileiro (2022) vaticina sobre o Brasil os epítetos de "terra do esquecimento" e "grande cemitério". Em sua obra "Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude", Brasileiro aponta para o caráter fúnebre sobre o qual se edifica a dita "brasilidade". É na contramão da narrativa festiva e mítica de uma identidade nacional harmônica que este ensaio se situa. Propõe-se aqui uma análise do desencanto, investigando as engrenagens de um projeto político que tem a morte como fundamento e a imagem da dor como mercadoria.

³ Brasileiro, 2022, p.25



É imperativo reconhecer que o Estado brasileiro opera sob um projeto genocida ininterrupto, cujas raízes remontam a, pelo menos, três séculos de colonialidade. Populações negras, indígenas e a comunidade LGBTQIA+ (com ênfase em travestis e transexuais) figuram como os alvos primordiais de uma política de extermínio que permeia as diversas esferas sociais e molda a subjetividade coletiva. Este processo não é assistemático; trata-se de uma gestão da morte que define quem é passível de proteção e quem é destinado ao descarte.

Com a ascensão das tecnologias de informação e o advento das redes sociais, emerge um fenômeno específico atrelado à violência colonial: a hiperexposição e o compartilhamento incessante de cenas de aniquilação e sofrimento de corpos subalternizados. Embora, aprioristicamente, tais ações possam ser justificadas como tentativas de mobilização ou denúncia, uma análise mais detida revela uma faceta mais sombria.

A repetição exaustiva desses quadros alimenta o que se pode denominar de imaginário necrófilo da população. O que se observa, em última instância, é uma espécie de prazer voyeurista e "orgástico" em uma sociedade que se valida a partir da destruição do "Outro". Esse Outro é sistematicamente despojado de sua humanidade, sendo reduzido a uma imagem de abjeção que satisfaz os impulsos de uma estrutura que só reconhece a vida através da negação da existência alheia.

Para tratar devidamente da análise de tais processos simultâneos, empregamos a intersecção entre o conceito de "Necropolítica" (Mbembe, 2018) que constitui uma forma de governamentalidade contemporânea na qual a soberania é definida não apenas pelo controle sobre a vida, mas, fundamentalmente, pela capacidade de "ditar quem pode viver e quem deve morrer". Ao expandir o conceito de biopolítica de Michel Foucault, Mbembe argumenta que o Estado moderno utiliza o racismo como tecnologia de seleção para fragmentar o corpo social, designando certas populações como descartáveis ou ameaças existenciais. Esse exercício de poder cria "mundos de morte", isto é, zonas de exclusão e estados de exceção



permanentes onde a destruição física e material de determinados grupos é justificada em nome da segurança ou da soberania, reduzindo sujeitos ao estatuto de "mortos-vivos".

A gestão ou a criação desses “mundos de morte” adquirem o status de espetáculo mórbido quando capturadas e convertidas em imagens que, exploradas à exaustão em redes sociais, mimetizam a forma de denúncia sem, contudo, converter-se em indignação mobilizadora ou organização política. Configura-se, portanto, uma rede teletecnomasturbatória que consome tais registros como material brutalmente pornográfico. Nesse sentido, é imperativo adotar a definição de Paul B. Preciado (2023), que compreende a pornografia como um “dispositivo masturbatório virtual — literário, audiovisual, cibernético [...]” (p. 253), caracterizado pela capacidade de estimular, independentemente da vontade do espectador, os mecanismos bioquímicos e musculares que regem a produção de prazer (idem).

Assim, não é hiperbólico relacionar a produção e o compartilhamento em massa dessas cenas de violência à pornografia, uma vez que:

A característica distintiva da pornografia como imagem tem mais a ver com questões de cinematografia, de dramatização e de iluminação do que de conteúdo: basta um corpo (natural ou artificial, “vivo” ou “morto”, humano ou animal) (...) tão desejável quanto inacessível, possuindo um valor masturbatório diretamente proporcional à sua capacidade de agir como uma fantasia abstrata e deslumbrante. (Preciado, 2023, p.256-257)

Desta forma, por mais nobres que possam ser as intenções de quem captura e compartilha as cenas de aniquilação e violência, não há controle sobre as reações de quem as consome, o que culmina na consolidação voluntária ou não, de um testemunho de sucesso da necropolítica, pois os corpos que matam bem como os que morrem tem, na maioria dos casos, as mesmas características no que diz respeito a raça, gênero e classe social.



A essa intersecção de fatores, essa cadeia de acontecimentos, damos o nome de necropornografia que emerge, portanto, da simbiose perversa entre a soberania da morte proposta por Mbembe e a economia libidinal-midiática de Preciado. Se na necropolítica o Estado e seus braços paramilitares exercem o direito de produzir cadáveres, na necropornografia a rede teletecnológica assume a função de processar esses corpos como mercadoria visual masturbatória. Nesse arranjo, a aniquilação de pessoas negras e LGBTQIA+ deixa de ser apenas um fim político para tornar-se um meio de estimulação bioquímica: a imagem do sofrimento e do assassinato é capturada, editada e distribuída como um fármaco-pornográfico que excita o imaginário colonial e anestesia a empatia. A morte do Outro é, assim, consumida como uma "fantasia abstrata e deslumbrante", onde o prazer orgástico do espectador é diretamente proporcional à desumanização e à inacessibilidade do corpo que tomba. O Brasil, enquanto "grande cemitério", transmuta-se em uma plataforma de exibição incessante, onde o espetáculo da violência garante que o projeto genocida seja não apenas tolerado, mas desejado e reproduzido na palma da mão de cada cidadão conectado.

É imperativo reconhecer que o Estado brasileiro opera sob um projeto genocida ininterrupto, cujas raízes remontam à colonialidade. Esse cenário dialoga com as teses de Frank B. Wilderson III (2021), para quem o Afropessimismo revela que a violência contra o corpo negro não é conjuntural, mas estruturante da própria gramática do mundo moderno. Para Wilderson, o Negro é o "escravo" ontológico, cuja exclusão da categoria de "humano" é o que permite aos outros sujeitos (o Branco e seus aliados subalternizados) definirem sua própria humanidade. Populações negras, indígenas e a comunidade LGBTQIA+ figuram, portanto, como alvos de uma política de extermínio que não busca apenas o controle, mas a reafirmação constante de que esses corpos habitam uma zona de não-ser e

[...]é por isso que posts de vídeos on-line da polícia assassinando pessoas negras contribuem mais para o bem-estar das pessoas não negras - com seus prazeres não comunitários e com o sentimento de



presença ontológica - do que contribuem para que essa violência diminua, para que alguém seja preso, ou mesmo para aumentar a sensibilidade geral em relação à dor e ao sofrimento negros. (Wilderson III, 2021, p.255)

A constatação de Wilderson III sobre o bem-estar ontológico que a morte negra proporciona à sociedade civil não é uma distopia do século XXI, mas a atualização tecnológica de um trauma fundacional. Para que o Brasil se reconheça enquanto nação, ele historicamente exigiu o sacrifício público do corpo subalternizado, transformando a tortura em pedagogia e a dor em entretenimento disciplinador. O "prazer não comunitário" que o autor descreve ao mencionar os vídeos de execuções policiais é o mesmo afeto que mobilizava as multidões coloniais em direção à praça pública.

Um dos marcos mais brutais dessa genealogia de aniquilação é o caso de Tibira do Maranhão⁴, o indígena Tupinambá condenado pela Inquisição em 1614 por "pecado nefando" (homossexualidade). Tibira não foi apenas executado; ele foi amarrado à boca de um canhão em praça pública, em São Luís, e despedaçado pela explosão. O corpo fragmentado, lançado aos ares diante de uma audiência, servia como uma imagem-limite: ali se desenhava a fronteira do que o projeto colonial reconhecia como humano. A publicização desse suplício não visava apenas a punição do indivíduo, mas a produção de um quadro visual de terror que satisfazia o sádico desejo de soberania da coroa e da Igreja. O canhão era a plataforma da época; o corpo de Tibira, o conteúdo que alimentava a manutenção da ordem através do choque e do gozo punitivo.

Essa tradição de converter o suplício em visibilidade absoluta atravessa os séculos nas estruturas do Pelourinho. O tronco, estrategicamente posicionado em locais de grande circulação, era o dispositivo de exibição por excelência. A carne

⁴ A história foi brilhantemente ficcionalizada por João Nyn, em sua obra "Tybyra: uma tragédia indígena brasileira" (NYN, 2020)



colonial que se sentia segura ao ver o "perigo" sendo domado sedimentou uma subjetividade brasileira que depende da imagem da destruição do Outro para sentir-se viva. Como Preciado (2023) nos ajuda a entender, o valor dessa imagem reside em sua capacidade de agir como uma fantasia abstrata: o sofrimento no Pelourinho era o set de filmagem analógico de uma sociedade que já operava sob a lógica da necropornografia, onde a dor alheia era o fármaco necessário para a estabilidade psíquica do senhor.

O que mudou na contemporaneidade não foi a natureza do projeto genocida, mas a sofisticação de sua distribuição. Se no século XVII a aniquilação de Tibira exigia a presença física na praça, hoje a necropornografia é entregue via algoritmo, customizada para o consumo individual e imediato. As câmeras acopladas aos uniformes policiais ou os celulares de transeuntes tornaram-se os novos "canhões" e "pelourinhos" portáteis. A violência segue sendo praticada e, sobretudo, publicizada para uma população que, em vez de se revoltar, "goza" ao consumir essas cenas. Existe um regime de visibilidade perverso: para as populações brancas e cis-heteronormativas, essas imagens servem como um reforço de sua presença ontológica e segurança; para as populações negras, indígenas e LGBTQIA+, a mesma imagem serve como um lembrete disciplinador de sua precariedade. É o que Wilderson III chama de "violência gratuita": ela não precisa de uma justificativa jurídica real, pois sua função é simbólica e restauradora para quem assiste.

Portanto, o Brasil como "grande cemitério" de Castiel Vitorino Brasileiro não é um depósito silencioso de corpos, mas um estúdio a céu aberto. A falência da negritude e das identidades dissidentes é produzida diariamente através de uma teletecnologia que captura a morte e a transmuta em entretenimento. A rede teletecnomasturbatória contemporânea é a versão digital da praça de São Luís no



que assistia ao Pelourinho. Ele consome a inacessibilidade daquele corpo que morre para reafirmar a sua própria acessibilidade à vida.

Concluir este ensaio sob o signo do desencanto é reconhecer que não há "falha" no sistema, mas um sucesso absoluto da necropolítica. O Brasil não produz imagens de violência apesar de sua democracia, mas como parte de sua engenharia de soberania. Enquanto a imagem da dor for a mercadoria mais rentável da nossa atenção digital, o projeto genocida continuará avançando, alimentado por uma população que encontra, no desmembramento real ou virtual do Outro, a única forma de sentir o pulsar de sua própria existência. A terra do esquecimento é, paradoxalmente, a terra da hipervisibilidade do horror: esquece-se a humanidade do sujeito, mas retém-se, para prazer e disciplina, a plasticidade de sua aniquilação.

Referências Bibliográficas

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Quando o sol aqui não mais brilhar**: a falência da negritude. São Paulo: n-1 edições, 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2023.

NYN, João. **Tybyra**: uma tragédia indígena brasileira. São Paulo: Selo do burro, 2020.

WILDERSON III, Frank B. **Afropessimismo**. Tradução de Rogério W. Galindo e Rosiane Correia de Freitas. São Paulo: Todavia, 2021.